

XXXIV SEMANA
CONTÁBIL
SECOFEM 2026
E FISCAL
PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

MÓDULO 8

Notas Explicativas

24 A 28 DE AGOSTO

📍 Blumenau • Santa Catarina

Apoio:  **CRCSC**
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DE SANTA CATARINA

Organização:  **FBC** FUNDAÇÃO
BRASILEIRA DE
CONTABILIDADE

Idealização e realização:

 **CFC**
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

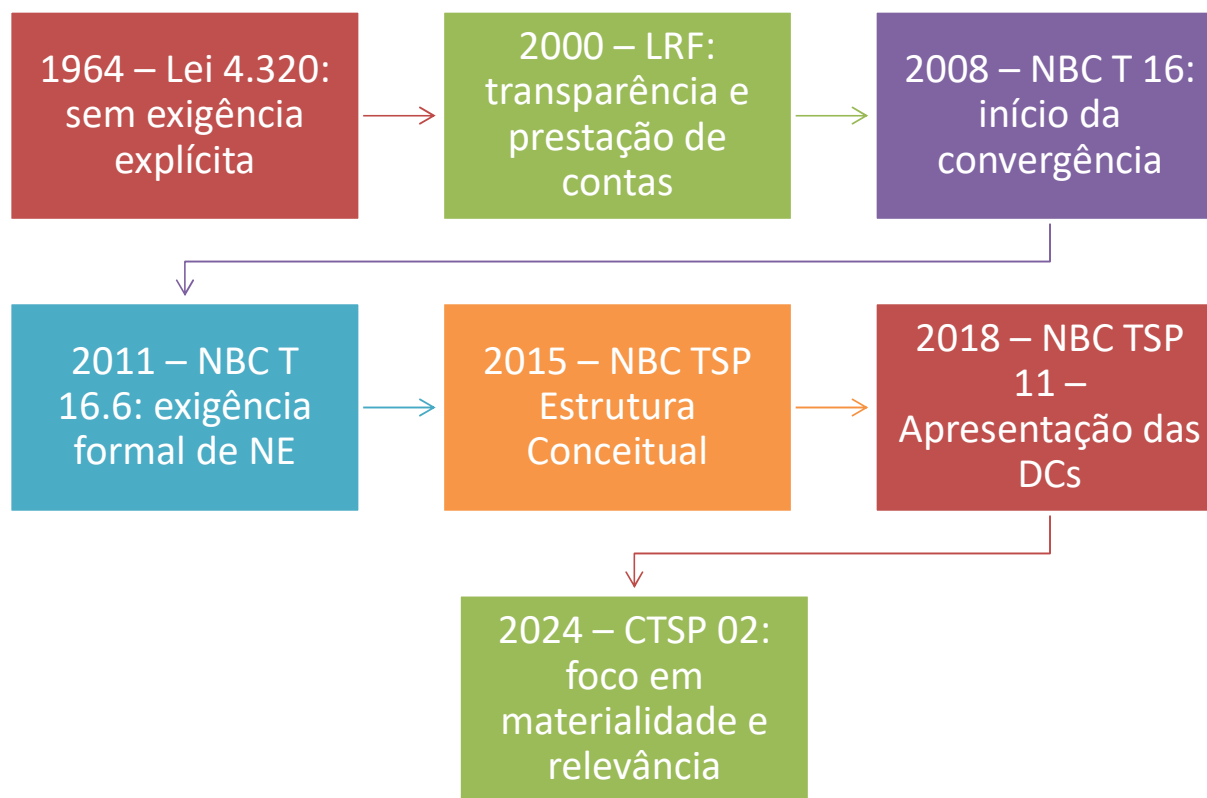
 **TESOURO NACIONAL**

Sumário

- 1 Fundamentos Teóricos e Normativos
- 2 Estratégias de Divulgação
- 3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

Evolução Normativa das Notas Explicativas no Setor Público



1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP - do Setor Público			
NBC	Resolução CFC	Nome da Norma	IFAC
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	DOU 04/10/16	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework
NBC TSP 01	DOU 28/10/16	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23
NBC TSP 02	DOU 28/10/16	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9
NBC TSP 03	DOU 28/10/16	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NBC TSP 04	DOU 05/12/16	Estoques	IPSAS 12
NBC TSP 05	DOU 05/12/16	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32
NBC TSP 06	DOU 28/9/17	Propriedade para Investimento	IPSAS 18
NBC TSP 07	DOU 28/9/17	Ativo Imobilizado	IPSAS 17
NBC TSP 08	DOU 28/9/17	Ativo Intangível	IPSAS 31
NBC TSP 09	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21
NBC TSP 10	DOU 28/9/17	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26
NBC TSP 11	DOU 31/10/18	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1
NBC TSP 12	DOU 31/10/18	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2
NBC TSP 13	DOU 31/10/18	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24
NBC TSP 14	DOU 31/10/18	Custos de Empréstimos	IPSAS 5
NBC TSP 15	DOU 31/10/18	Benefícios a Empregados	IPSAS 39
NBC TSP 16	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Separadas	IPSAS 34
NBC TSP 17	DOU 31/10/18	Demonstrações Contábeis Consolidadas	IPSAS 35
NBC TSP 18	DOU 31/10/18	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IPSAS 36
NBC TSP 19	DOU 31/10/18	Acordos em Conjunto	IPSAS 37
NBC TSP 20	DOU 31/10/18	Divulgação de Participações em Outras Entidades	IPSAS 38
NBC TSP 21	DOU 31/10/18	Combinações No Setor Público	IPSAS 40
NBC TSP 22	DOU 28/11/19	Divulgação sobre Partes Relacionadas	IPSAS 20
NBC TSP 23	DOU 28/11/19	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IPSAS 3
NBC TSP 24	DOU 28/11/19	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Convenção de Demonstrações Contábeis	IPSAS 4
NBC TSP 25	DOU 28/11/19	Evento Subsequente	IPSAS 14
NBC TSP 26	DOU 28/11/19	Ativo Biológico e Produto Agrícola	IPSAS 27
NBC TSP 27	DOU 04/11/20	Informações por Segmento	IPSAS 18
NBC TSP 28	DOU 04/11/20	Divulgação de Informação Financeira do Setor Governo Geral	IPSAS 22
NBC TSP 29	DOU 04/11/20	Benefícios Sociais	IPSAS 42
NBC TSP 30	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Apresentação	IPSAS 28
NBC TSP 31	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	IPSAS 41
NBC TSP 32	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Contabilidade de Hedge - Aplicação Residual)	IPSAS 29
NBC TSP 33	DOU 10/12/21	Instrumentos Financeiros: Divulgações	IPSAS 30
NBC TSP 34	DOU 10/12/21	Custos no Setor Público	não há
CTSP 01	DOU 25/05/23	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	não há
CTSP 02	DOU 19/06/24	Notas Explicativas	não há



Número da resolução:	2024/CTSP02
Descrição:	Aprova o Comunicado Técnico, que orienta os profissionais
Data de Publicação no Diário Oficial da União:	19/06/2024
Resolução em vigor:	SIM
Resolução foi alterada:	NAO
Resolução foi revogada:	NAO
Ementa:	Aprova o Comunicado Técnico CTSP 02, que orienta os profissionais da contabilidade que atuam nas entidades públicas quanto à elaboração das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Para obter o arquivo completo da resolução em formato DOC, clique no link a seguir: [Resolução](#)
 Para obter o arquivo completo da resolução em formato PDF, clique no link a seguir: [Resolução](#)

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP – Estrutura Conceitual

1.6. Os RCPGs abrangem as demonstrações contábeis, incluindo as suas notas explicativas. Os RCPGs abrangem também a apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

8.61. A informação evidenciada nas notas explicativas às demonstrações contábeis é organizada de modo que as relações com os itens evidenciados no rosto das demonstrações contábeis sejam claras. **As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

Importância das Características Qualitativas e Restrições na Elaboração de Notas Explicativas – NBC TSP Estrutura Conceitual



Características Qualitativas

- ✓ Relevância
- ✓ Representação fidedigna
- ✓ Compreensibilidade
- ✓ Tempestividade
- ✓ Comparabilidade



Restrições à Informação

- Materialidade
- Custo-benefício
- Equilíbrio apropriado entre as características qualitativas

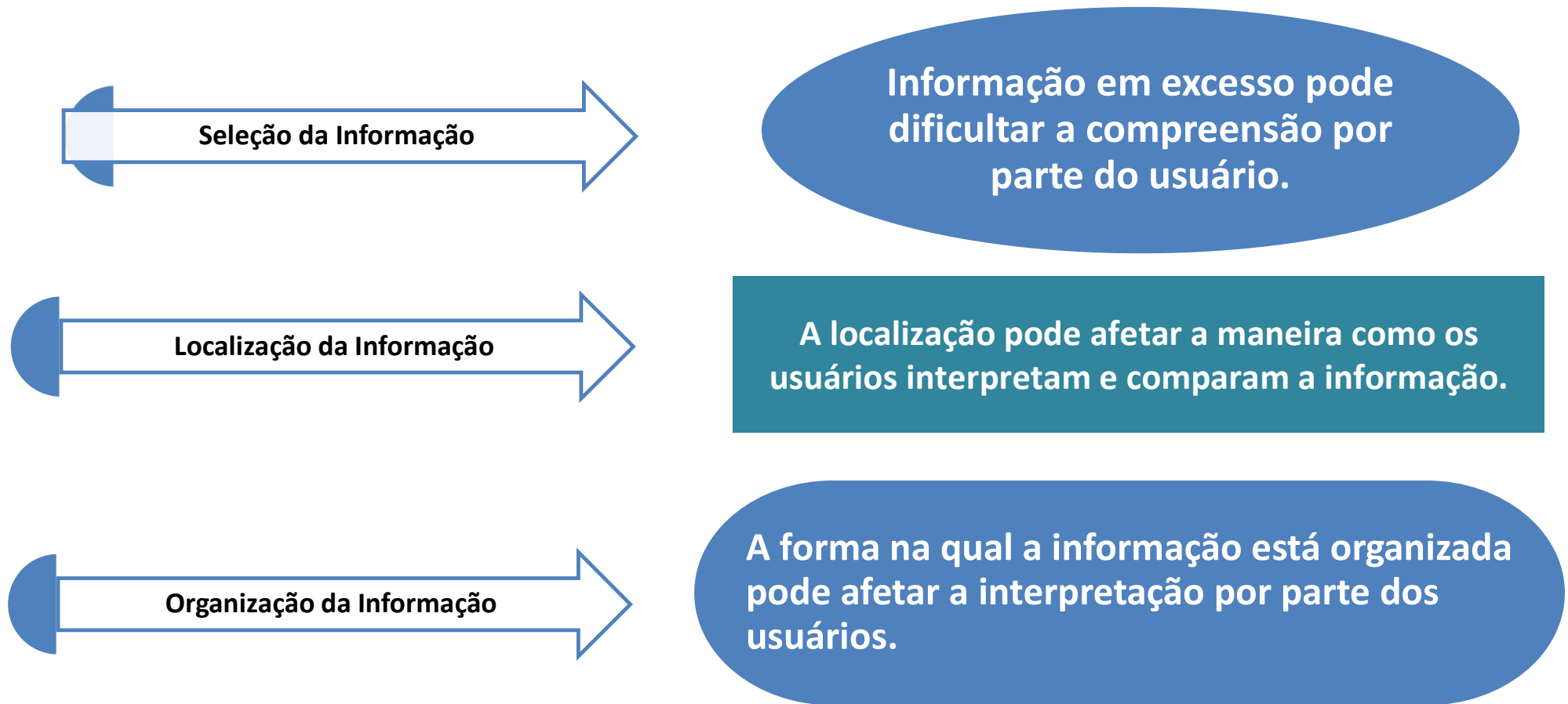


Aplicação nas Notas Explicativas

Selecionar e apresentar informações que complementam as demonstrações contábeis

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP – Estrutura Conceitual



1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

7. DEFINIÇÕES

Notas explicativas contêm informação adicional em relação àquela apresentada nas demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informação sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

Componentes das Demonstrações Contábeis

21. O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- (a) balanço patrimonial;
- (b) demonstração do resultado;
- (c) demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- (d) demonstração dos fluxos de caixa;
- (e) quando a entidade divulga publicamente seu orçamento aprovado, comparação entre o orçamento e os valores realizados, quer seja como demonstração contábil adicional (balanço orçamentário) ou como coluna para o orçamento nas demonstrações contábeis;
- (f) **notas explicativas, compreendendo a descrição sucinta das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas;** e
- (g) informação comparativa com o período anterior, conforme especificado nos itens 53 e 53A.

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

Declaração de Conformidade com as NBC TSP e Políticas Contábeis Inadequadas

28. A entidade cujas demonstrações contábeis estão em conformidade com as NBCs TSP deve declarar de forma explícita e sem reservas essa conformidade nas notas explicativas. **As demonstrações contábeis não devem ser descritas como em conformidade com as NBCs TSP, a menos que cumpra todos os seus requisitos.**

30. Políticas contábeis inadequadas **não devem ser convalidadas em razão de sua divulgação**, seja por meio de notas explicativas ou qualquer outra divulgação explicativa.

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

46. As demonstrações contábeis resultam do processamento de grande número de transações ou outros eventos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam itens das demonstrações contábeis. **Se o item não for individualmente material, deve ser agregado a outros itens, seja nas demonstrações contábeis, seja nas notas explicativas.** O item pode não ser suficientemente material para justificar a sua apresentação individualizada nas demonstrações contábeis, **mas pode ser suficientemente material para ser apresentado de forma individualizada nas notas explicativas.**

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

47. A aplicação do conceito de materialidade significa que **não é necessário fornecer divulgação específica requerida por norma se a informação não for material**.



ATENÇÃO

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

ESTRUTURA

127. As notas explicativas devem:

- (a) apresentar informação acerca da **base para a elaboração das demonstrações contábeis** e das **políticas contábeis específicas** utilizadas de acordo com os itens 132 a 139;
- (b) **divulgar a informação requerida pelas NBCs TSP** que não tenha sido apresentada no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa; e
- (c) **prover informação adicional** que não tenha sido apresentada no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa, **mas que seja relevante** para a compreensão de quaisquer dessas demonstrações contábeis.
- (d) outras divulgações, incluindo:
 - (i) passivos contingentes (ver a NBC TSP 03) e compromissos contratuais não reconhecidos; e
 - (ii) divulgações não financeiras, por exemplo, os objetivos e as políticas de gestão do risco financeiro da entidade.

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

ESTRUTURA

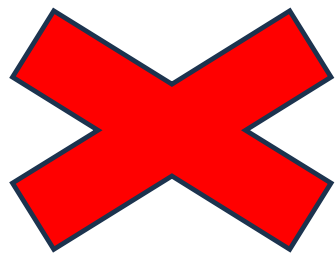
128. As notas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Cada item do balanço patrimonial, da demonstração do resultado, da demonstração das mutações do patrimônio líquido e da demonstração dos fluxos de caixa deve ter **referência cruzada** entre informações relativas a cada uma dessas demonstrações e aquelas correspondentes apresentadas nas notas explicativas.

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

ESTRUTURA

131. As notas explicativas que proporcionam informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem **ser apresentadas como componente separado** das demonstrações contábeis.



EVITAR REPETIÇÕES!!

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

POLÍTICAS CONTÁBEIS

132. A entidade deve divulgar no resumo de Políticas contábeis significativas:
- (a) a **base de mensuração** utilizada na elaboração das demonstrações contábeis;
 - (b) o grau em que a entidade tem aplicado **qualquer disposição transitória** de qualquer outra norma; e
 - (c) **outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes** para a compreensão das demonstrações contábeis.

BASE DE MENSURAÇÃO: Custo histórico, custo corrente, valor justo, valor recuperável, valor realizável líquido, etc.

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

FONTES DE INCERTEZAS E ESTIMATIVAS

140. A entidade deve divulgar nas notas explicativas informação acerca (a) dos principais **pressupostos relativos ao futuro** e (b) de outras abordagens principais a respeito da **incerteza das estimativas** à data das demonstrações contábeis, que tenham risco significativo de provocar ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos durante o próximo período. Com respeito a esses ativos e passivos, as notas explicativas devem incluir detalhes informativos acerca:

- (a) da sua natureza; e
- (b) do seu valor contábil à data das demonstrações contábeis.

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

OUTRAS DIVULGAÇÕES

150. A entidade deve divulgar, caso não sejam divulgadas em outro lugar nas demonstrações contábeis, as seguintes informações:

- (a) o **domicílio e a forma jurídica da entidade, e a jurisdição onde ela opera;**
- (b) a descrição da **natureza das operações** da entidade e de suas **principais atividades;**
- (c) a referência à **legislação relevante** que rege as operações da entidade;
- (d) o **nome da entidade controladora** e a entidade controladora da entidade econômica em última instância (onde for aplicável); e
- (e) **se é entidade com prazo de duração limitado**, a informação sobre o tempo da sua duração.

1 Fundamentos Teóricos e Normativos



MCASP – 11ª Edição

8. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DCASP.....	603
8.1. DEFINIÇÃO.....	603
8.2. ESTRUTURA	603
8.2.1. <i>Divulgação de Políticas Contábeis</i>	<i>603</i>
8.2.2. <i>Divulgação de Estimativas</i>	<i>605</i>
8.2.3. <i>Gestão de Capital</i>	<i>605</i>
8.2.4. <i>Outras divulgações</i>	<i>606</i>
8.3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	606
8.3.1. <i>Objetivo, Conceito e Contextualização</i>	<i>606</i>
8.3.2. <i>Apresentação de Informações por Segmento</i>	<i>607</i>
8.3.3. <i>Definições.....</i>	<i>609</i>
8.3.4. <i>Divulgação de Informações por Segmento</i>	<i>611</i>

1 Fundamentos Teóricos e Normativos



MCASP – 11ª Edição

As notas explicativas devem ser apresentadas de forma sistemática. Cada quadro ou item a que uma nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa. A fim de facilitar a compreensão e a comparação das DCASP com as de outras entidades, **sugere-se** que as notas explicativas sejam apresentadas na seguinte ordem:

- a. Informações gerais: (...)
- b. Resumo das políticas contábeis significativas, por exemplo: (...)
- c. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas.
- d. Outras informações relevantes, por exemplo: (...)

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

CTSP 02 – NOTAS EXPLICATIVAS

Sumário	Item
OBJETIVO	1 - 3
INTRODUÇÃO	4 - 8
ALCANCE	9 - 12
DIRETRIZES GERAIS CONTIDAS NAS NBCs TSP	13 - 27
Principais diretrizes contidas na NBC TSP Estrutura Conceitual	13 - 20
Principais diretrizes contidas na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	21 - 27
DIRETRIZES ADICIONAIS	28 - 36
VIGÊNCIA	37
Apêndice 1 - Diagrama 2 do <i>Practice Statement</i> (Adaptado) – Determinando se a informação de política contábil é material	
Apêndice 2 - Aplicação do conceito de materialidade	

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

CTSP 02 – NOTAS EXPLICATIVAS

OBJETIVO

2. Em linhas gerais, o Comunicado Técnico tem por objetivo orientar a **divulgação das informações relevantes** e a não divulgação de informações não relevantes.

INTRODUÇÃO

7. O volume de informações contido na divulgação das Notas Explicativas pode provocar questionamentos pelos usuários em relação à extensão do material apresentado. **Pode, por exemplo, haver excesso de informações irrelevantes**, ao mesmo tempo em que **ocorram omissões de informações relevantes**.

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

CTSP 02 – NOTAS EXPLICATIVAS

DIRETRIZES GERAIS CONTIDAS NAS NBCs TSP

Principais diretrizes contidas na NBC TSP Estrutura Conceitual

18. Resumindo, a Estrutura Conceitual determina que toda informação que for relevante deve ser divulgada se sua omissão ou sua divulgação distorcida puder **influenciar decisões que os usuários** tomam com base nas demonstrações contábeis da entidade que reporta a informação.
19. Consequentemente, não podem ficar ausentes nas demonstrações contábeis de determinada entidade as informações relevantes de que a entidade tenha conhecimento, **bem como não devem ser divulgadas informações imateriais que não sejam relevantes.**

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

CTSP 02 – NOTAS EXPLICATIVAS

DIRETRIZES GERAIS CONTIDAS NAS NBCs TSP

Principais diretrizes contidas na NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

25. Adicionalmente, outra conclusão fundamental se faz necessária: **qualquer informação específica requisitada por qualquer norma que não seja material não deve ser divulgada, inclusive para não desviar a atenção do usuário, com exceção da que for requerida expressamente por órgão regulador ou pela legislação.**

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

CTSP 02 – NOTAS EXPLICATIVAS

DIRETRIZES ADICIONAIS

Principais diretrizes contidas na NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

30. Considerando a NBC TSP Estrutura Conceitual e a NBC TSP 11, explica-se que a menção em normas específicas, a exemplo das NBCs TSP e do MCASP, de exigências de divulgação **deve sempre ser interpretada à luz da relevância da informação a ser divulgada**, mesmo quando presentes as expressões “devem divulgar”, “divulgação mínima” e assemelhadas.

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

CTSP 02 – NOTAS EXPLICATIVAS

VIGÊNCIA

37. Este Comunicado deve ser aplicado a partir de 1º de janeiro de 2025, sendo recomendado a adoção antecipada.

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

CTSP 02 – NOTAS EXPLICATIVAS

Apêndice 1 - Diagrama 2 do Practice Statement (Adaptado) – Determinando se a informação de política contábil é material

A transação, outro evento ou condição aos quais as informações de política contábil se relacionam é material em tamanho ou natureza, ou uma combinação de ambos?

Não

Informação de política contábil que se relaciona a transações imateriais, outros eventos ou condições é imaterial e não precisa ser divulgada.

Sim

A informação de política contábil que se relaciona a uma transação material, outro evento ou condição em si é material para as demonstrações contábeis.

Não

Informação de política contábil imaterial que se relaciona a transações relevantes, outros eventos ou condições não precisa ser divulgada.

Sim

**Informação de política contábil material deve ser divulgada.
(itens 132 a 139 da NBC TSP 11).**

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP 11 e CTSP 02/2024



Evitar sobrecarga de informações



Foco na materialidade: o que realmente importa



Notas devem ser úteis para accountability e tomada de decisão



Relevância acima de formalismo textual

1 Fundamentos Teóricos e Normativos

Julgamento Profissional: O Fio Condutor das Normas Contábeis no Setor Público

NBC TSP EC

NBC TSP 11

CTSP 02



Notas Explicativas Relevantes

Demonstrações Fidedignas

Informações Compreensíveis

2 Estratégias de Divulgação

PLANEJAMENTO

BRAINSTORMING COM A EQUIPE
SOBRE TRANSAÇÕES, FLUXOS,
ESTOQUES E OUTRAS INFORMAÇÕES
RELEVANTES

Explicativas antes do encerramento do
exercício.



2 Estratégias de Divulgação

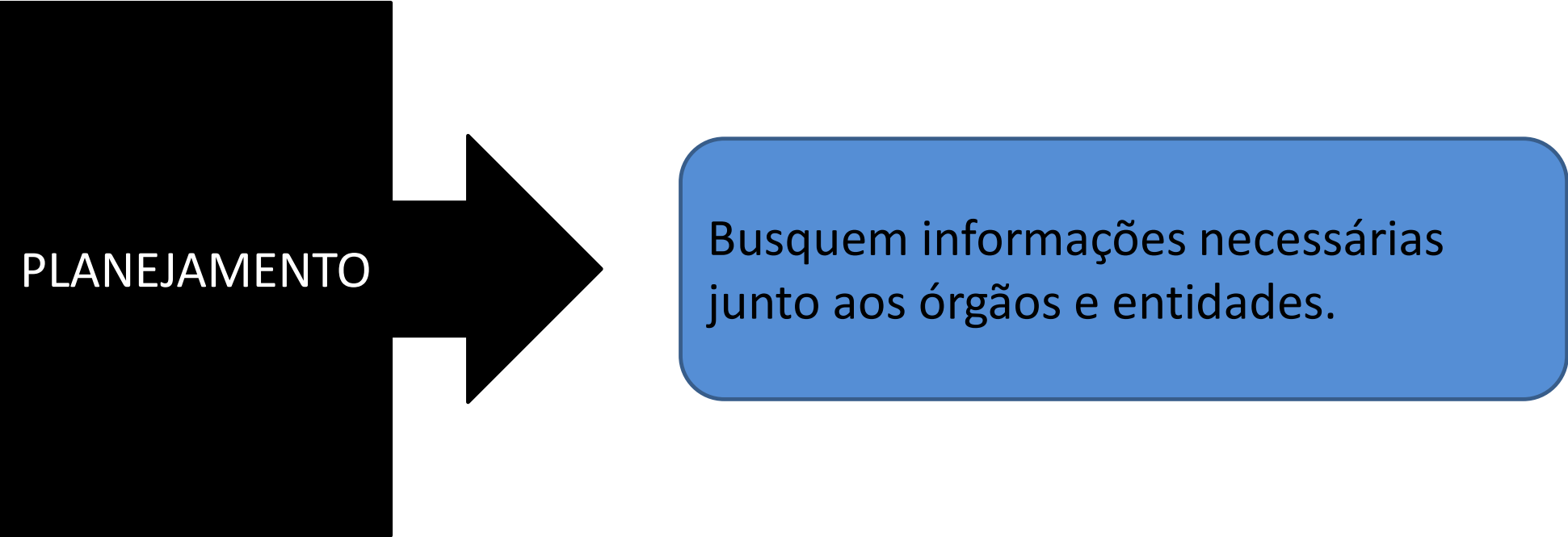
PLANEJAMENTO



ESTABELEÇA UM CRONOGRAMA

Atribuição	Capítulo	Relator	Revisor	Início	Prazo Relator	Prazo Revisor	F
Receitas orçamentárias	Gestão Orçamentária	Diogo	Luís	31/01/2025	15/02/2025	28/02/2025	
Despesas Orçamentárias	Gestão Orçamentária	Luís	Diogo	31/01/2025	15/02/2025	28/02/2025	
Dívida Ativa	Gestão Patrimonial	Paula	Fernando	20/01/2025	15/02/2025	28/02/2025	
Ativo Imobilizado	Gestão Patrimonial	Fernando	Paula	20/01/2025	15/02/2025	28/02/2025	
Ativo Intangível	Gestão Patrimonial	Felipe	Flávio	20/01/2025	15/02/2025	28/02/2025	
Empréstimos	Gestão Patrimonial	Flávio	Felipe	20/01/2025	15/02/2025	28/02/2025	
Passivos Contingentes	Gestão Patrimonial	Bruna	Luís	20/01/2025	15/02/2025	28/02/2025	

2 Estratégias de Divulgação

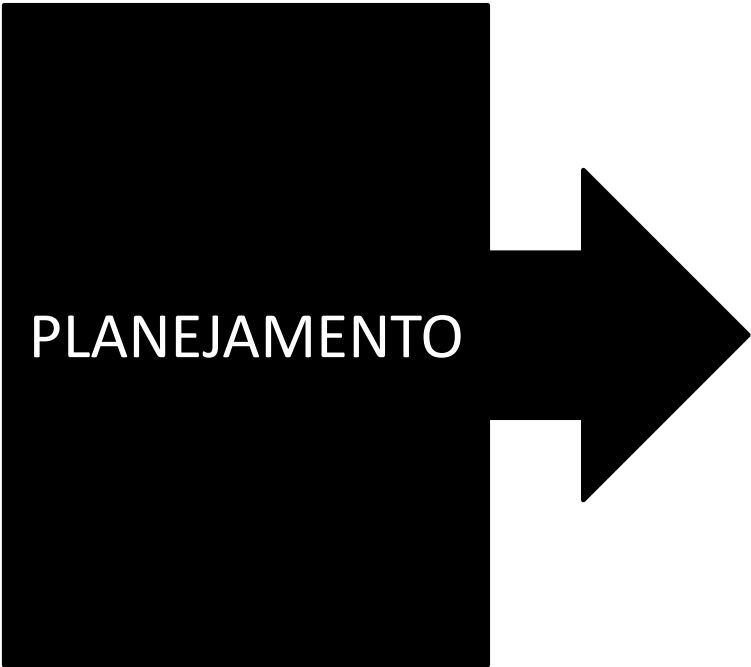


PLANEJAMENTO

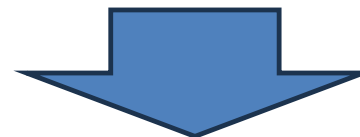
Busquem informações necessárias
junto aos órgãos e entidades.

2 Estratégias de Divulgação

PLANEJAMENTO

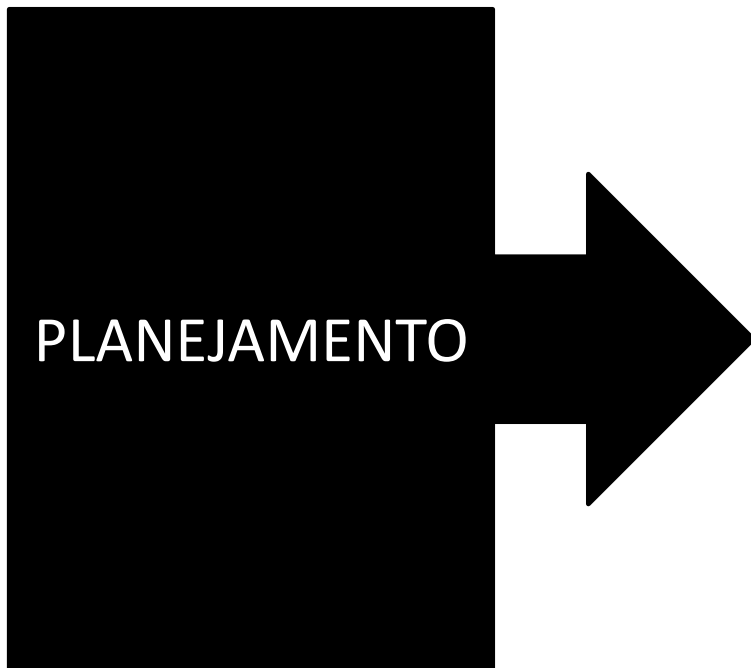


Revisem as notas explicativas do ano anterior e verifiquem se as informações continuam relevantes.

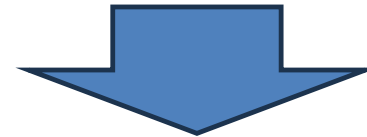


Aproveitem esta revisão para **eliminar informações irrelevantes** e simplificar as Notas Explicativas.

2 Estratégias de Divulgação



Incluam novas informações relevantes



Observem os normativos (NBC TSP, STN, TCE/TCM, leis, etc.)

2 Estratégias de Divulgação

PLANEJAMENTO

Resolvam ou mitiguem os apontamentos dos tribunais de contas relacionados a Notas Explicativas.



As vezes será necessário dar transparência a distorções nas Demonstrações Contábeis.



Lembrem-se: Notas Explicativas não devem convalidar políticas contábeis inadequadas.

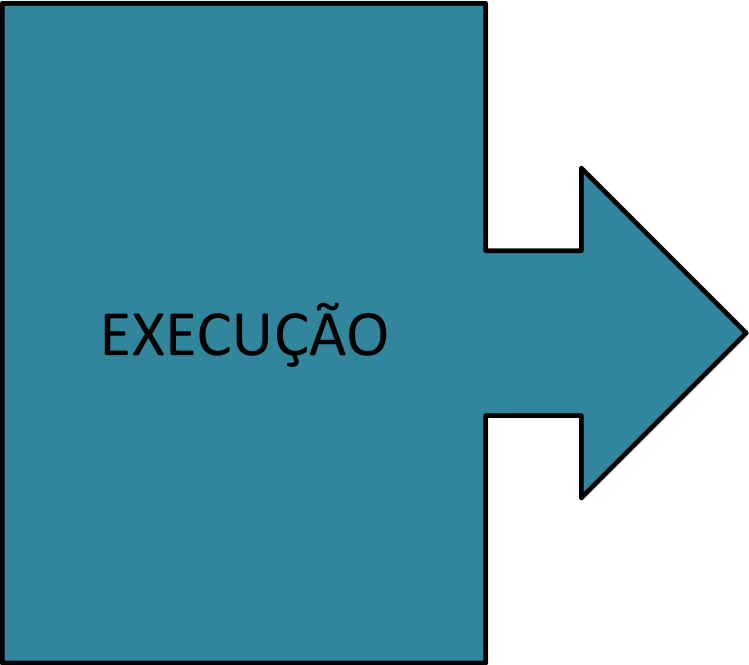
2 Estratégias de Divulgação

EXECUÇÃO

Utilizar redações claras e concisas –
Dizer mais com menos!



2 Estratégias de Divulgação



EXECUÇÃO

Não copiar textos de leis, normas, etc. Citá-los e, quando for o caso, explicar as escolhas efetuadas (por exemplo: qual política contábil foi utilizada, dentro das opções conforme normativos).

2 Estratégias de Divulgação

Organize as Informações.

EXECUÇÃO



2 Estratégias de Divulgação

Inovação e Inteligência Artificial

IA pode sugerir estrutura e conteúdo das notas com base nos dados contábeis

Análise de consistência e materialidade automatizada

Geração de rascunhos com linguagem clara e concisa

Exemplo: IA Reescreve NE com clareza, concisão, sem transcrições de textos de normas.

Exemplo: IA identifica variação patrimonial relevante e sugere nota explicativa

2 Estratégias de Divulgação

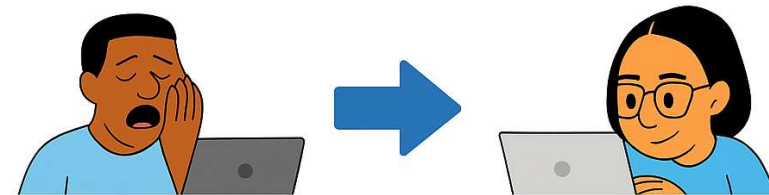
EXECUÇÃO

CRIEM UM FLUXO DE
REVISÃO!



2 Estratégias de Divulgação

Notas Explicativas no Setor Público: De onde viemos e onde estamos



Antes

- Textos copiados
- Repetições
- Informações em textos e tabelas
- Foco na forma

Agora

- Clareza
- Contextualização
- Julgamento profissional
- Foco na relevância e materialidade
- Inclusão de gráficos e outras ilustrações

2 Estratégias de Divulgação

**Divulgue!!!
(Transparência para além do obrigatório)**



Solicitem auxílio do setor de comunicação – melhoria da transparência

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Governo Federal - 2025

		R\$ milhões	
ATIVO	NE	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante		2.516.948	2.066.945
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>5</u>	2.200.807	1.768.702
Créditos a Curto Prazo	<u>6</u>	283.051	268.271
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		53	55
Estoques a Curto Prazo		32.571	29.539
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		53	31
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo		413	346
Ativo Não Circulante		6.303.004	5.998.384
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.574.468	2.413.473
Créditos a Longo Prazo	<u>6</u>	2.553.359	2.401.614
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		12.401	11.804
Estoques a Longo Prazo		8.672	2
VPDs Pagas Antecipadamente a Longo Prazo		37	53
Investimentos	<u>7</u>	1.031.283	962.473
Imobilizado	<u>8</u>	2.688.169	2.608.287
Intangível	<u>9</u>	9.083	14.151
TOTAL DO ATIVO		8.819.952	8.065.328

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-geral-da-uniao-bgu-anual/2025/114>

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Governo Federal – 2025 – NE 6

6 - Créditos a Receber

Os Créditos a Receber a Curto e a Longo Prazo, líquidos do Ajuste para Perdas, representaram, respectivamente, 9,98% e 90,02%, em 31/12/2025, e estão distribuídos conforme a tabela apresentada a seguir.

Tabela 15 – Créditos a Receber – Curto e Longo Prazo

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.789.175	1.592.015	12,38
Dívida Ativa	1.447.822	1.320.706	9,62
Créditos Tributários a Receber	533.398	500.544	6,56
Créditos Previdenciários do RPPS	38.427	42.431	(9,44)
Clientes	1.332	1.539	(13,43)
Créditos de Transferências a Receber	-	6	(100,00)
Demais Créditos e Valores	147.506	172.755	(14,62)
Total Bruto (I)	3.957.661	3.629.996	9,03
Ajuste para Perdas (II)	1.121.252	960.111	16,78
Total Líquido (III = I - II)	2.836.409	2.669.885	6,24
Circulante (Curto Prazo)	283.051	268.271	5,51
Não Circulante (Longo Prazo)	2.553.359	2.401.614	6,32

Nos tópicos abaixo, são detalhados os itens com saldos mais representativos.

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Governo Federal - 2024

15 - Provisões

As provisões a curto e a longo prazo atingiram o montante de R\$ 3,655 trilhões em 31/12/2024, conforme tabela apresentada a seguir.

Tabela 103 – Provisões

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)	AV (%)
Matemáticas Previdenciárias da União	1.663.085	1.576.564	5,49	46,27
Perdas Judiciais e Administrativas	640.799	739.428	(13,34)	17,83
Benefícios com Militares Inativos	488.673	494.690	(1,22)	13,60
Pensões Militares	354.155	346.993	2,06	9,85
Decorrentes da Atuação Governamental	178.238	170.850	4,32	4,96
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	51.407	86.271	(40,41)	1,43
Restituições Tributárias	43.000	40.700	5,65	1,20
Repartição de Créditos	41.054	33.218	23,59	1,14
Requisição de Pequeno Valor (RPV)	32.746	29.337	11,62	0,91
Outras	100.968	91.642	10,18	2,81
Total	3.594.124	3.609.694	(0,43)	100,00
Circulante (Curto Prazo)	332.780	297.618	11,81	9,26
Não Circulante (Longo Prazo)	3.261.344	3.312.075	(1,53)	90,74

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-geral-da-uniao-bgu-anual/2024/114>

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Governo Federal - 2024

Tabela 104 – Provisões – Curto e Longo Prazo – Movimento
Dados em: R\$ milhões
Fonte: Siafi

	Saldo inicial 31/12/2023	Adições	Valores utilizados (incorridos ou baixados)	Valores não utilizados (revertidos)	Atualização monetária	Reclassificação	Saldo final 31/12/2024
Matemáticas Previdenciárias da União	1.576.564	107.593	(308)	(38.282)	17.518	0	1.663.085
Perdas Judiciais e Administrativas	739.428	136.388	(234.952)	(2.945)	3.230	(350)	640.799
Benefícios com Militares Inativos	494.690	32.331	(38.348)	0	0	0	488.673
Pensões Militares	346.993	32.800	(25.638)	0	0	0	354.155
Decorrentes da Atuação Governamental	170.850	70.565	(41.299)	(21.878)	0	0	178.238
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	86.271	(2.152)	(32.711)	0	0	0	51.407
Restituições Tributárias	40.700	43.000	(40.700)	0	0	0	43.000
Repartição de Créditos	33.218	13.744	(631)	(5.277)	0	0	41.054
Requisição de Pequeno Valor (RPV)	29.337	37.979	(33.696)	(1.224)	0	350	32.746
Outras	91.642	19.187	(5.882)	(15.547)	11.568	0	100.968
Total	3.609.694	491.435	(454.166)	(85.154)	32.316	0	3.594.124

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Governo Federal - 2024

(d) Provisões Decorrentes da Atuação Governamental

Considerando tanto o curto como o longo prazo, as provisões decorrentes da atuação governamental estão distribuídas conforme a tabela abaixo.

Tabela 112 – Provisões Decorrentes da Atuação Governamental

Dados em: R\$ milhões

Fonte: Siafi

	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)	AV (%)
Instituições Financeiras (I)	106.351	101.697	4,58	59,67
Assunção de Garantias Concedidas	74.106	66.996	10,61	41,58
Subvenções Econômicas	32.245	34.700	(7,08)	18,09
Instituições Não Financeiras (II)	71.887	69.153	3,95	40,33
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	66.616	62.029	7,39	37,37
Assunção de Obrigações por Extinção	5.270	7.123	(26,01)	2,96
Outras	1	1	17,18	0,00
Total (III = I + II)	178.238	170.850	4,32	100,00
Circulante (Curto Prazo)	58.316	49.383	18,09	32,72
Não Circulante (Longo Prazo)	119.921	121.467	(1,27)	67,28

(d.1) Assunção de Garantias Concedidas

Na tabela a seguir, estão detalhadas as provisões das principais unidades da federação, que representam 97,94% do total do item.

Tabela 113 – Provisões para Assunção de Garantias – Por Unidade da Federação

Dados em: R\$ milhões

Fonte: CODIV/STN/MF e Siafi

	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)	AV (%)
Rio de Janeiro	32.855	30.235	8,67	44,34
Minas Gerais	20.660	18.653	10,76	27,88
Rio Grande do Sul	11.753	9.381	25,29	15,86
Goiás	7.310	7.294	0,21	9,86
Outras	1.528	1.432	6,65	2,06
Total	74.106	66.996	10,61	100,00
Circulante (Curto Prazo)	7.364	5.950	23,76	9,94
Não Circulante (Longo Prazo)	66.742	61.046	9,33	90,06

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Governo Federal - 2024

(g) Provisão para Requisição de Pequeno Valor (RPV)

A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é uma modalidade de requisição judicial de pagamento para montantes inferiores a sessenta salários mínimos em âmbito federal. O montante reconhecido da provisão corresponde à expectativa de pagamentos consignados na Lei Orçamentária Anual para o exercício seguinte.

A maior parte das provisões para RPV está no Ministério da Previdência Social e no Ministério da Fazenda, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 118 – Provisões para RPV – Por Órgão Superior
Dados em: R\$ milhões
Fonte: Siafi

	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)	AV (%)
Ministério da Previdência Social	19.657	18.913	3,94	60,03
Ministério da Fazenda	6.992	6.654	5,09	21,35
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	5.227	3.306	58,12	15,96
Justiça do Trabalho	774	378	104,76	2,36
Outros	95	87	9,08	0,29
Total	32.746	29.337	11,62	100,00

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Estado do Rio Grande do Sul - 2024

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

		Em milhões de R\$	
	Nota	2024	2023
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.4.1	22.393,4	15.238,4
Créditos a Curto Prazo	3.4.2	8.812,2	11.407,8
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	3.4.3	5.855,0	4.904,3
Estoques	3.4.4	539,9	639,3
Imobilizado Mantido para Venda	3.4.5	41,1	-
Total do Ativo Circulante		37.641,6	32.189,8
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.4.2	27.482,3	26.492,1
Investimentos	3.4.6	14.583,1	12.340,0
Imobilizado	3.4.7	31.196,0	34.312,7
Intangível	3.4.7	278,0	245,3
Total do Ativo Não Circulante		73.539,4	73.390,0
TOTAL DO ATIVO		111.181,0	105.579,8

	Em milhões de R\$	
Títulos	2024	2023
Bens Móveis	6.300,8	5.679,5
Veículos	1.643,9	1.531,1
Bens de Informática	1.848,2	1.730,6
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.463,3	1.290,0
Móveis e Utensílios	857,8	722,8
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	246,4	151,8
Demais Bens Móveis	241,2	253,2
(-) Depreciação de Bens Móveis	-797,8	-481,1
Bens Imóveis	29.423,7	29.931,2
Bens de Uso Especial	4.438,7	4.398,9
Bens de Uso Comum	21.237,4	23.026,8
Bens Imóveis em Andamento	3.630,9	2.437,9
Demais Bens Imóveis	116,7	67,6
(-) Depreciação de Bens Imóveis	-1.326,5	-816,9
(-) Redução ao Valor Recuperável - Bens de Infraestrutura	-2.404,1	-
Total Imobilizado	31.196,0	34.312,8

<https://cage.fazenda.rs.gov.br/conteudo/20663/2024>

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Estado do Rio Grande do Sul - 2024

Títulos	Em milhões de R\$	
	2024	2023
Bens de Infraestrutura	21.237,4	23.026,8
Estradas	19.431,3	19.431,3
Pontes, Túneis e Viadutos	1.792,5	3.581,7
Outros Bens de Uso Comum do Povo	13,6	13,9
(-) Depreciação de Bens de Infraestrutura	-1.326,5	-816,9
(-) Redução ao Valor Recuperável – Bens de Infraestrutura	-2.404,1	-
Obras em Andamento em Bens de Infraestrutura	2.009,5	1.037,8
Total Bens de Infraestrutura	19.516,2	23.247,8

A conta Bens de Uso Comum, que representa 63,21% do Imobilizado, advém do reconhecimento dos ativos de infraestrutura. Em razão da calamidade climática por chuvas intensas ocorridas entre abril e maio de 2024, houve o registro de R\$ 2,40 bilhões na conta Redução ao Valor Recuperável – Bens de Infraestrutura, conforme detalhado no item 3.4.7.1.

Embora haja incremento de valor em Bens Móveis devido às aquisições efetivadas no exercício, as contas também foram impactadas pela calamidade climática. As baixas, devido à calamidade, em Bens Móveis somam R\$ 14,7 milhões em 2024, sendo R\$ 7,0 milhões em Bens de Informática, R\$ 4,9 milhões em Móveis e Utensílios e R\$ 2,8 milhões em outros bens móveis.

Devido aos fortes impactos nas rodovias e nas obras de arte especiais (pontes, túneis e viadutos) ocasionados pela calamidade climática ocorrida em 2024, fez-se necessária a mensuração das perdas estimadas. A estimativa das perdas foi realizada por meio de uma análise técnica detalhada, envolvendo a equipe do Daer. A metodologia empregada baseou-se em duas principais frentes: a inspeção direta das rodovias e obras de arte especiais afetadas, e a análise comparativa dos custos de reparação, reconstrução e reabilitação, considerando as condições atuais e as exigências de segurança para restabelecer a funcionalidade das vias e estruturas afetadas.

Ao optar pela abordagem do custo de recuperação, o registro efetivado envolveu a conta Redução ao Valor Recuperável – Bens de infraestrutura. O cálculo das perdas estimadas em bens de infraestrutura totalizou R\$ 2,40 bilhões. Esse montante resulta da soma das perdas nas rodovias, no valor de R\$ 2,31 bilhões, com as perdas nas obras de arte especiais, no valor de R\$ 91,6 milhões.

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Estado do Rio Grande do Sul - 2024

Gestão Fiscal – Dívida com a União – Regime de Recuperação Fiscal - RRF

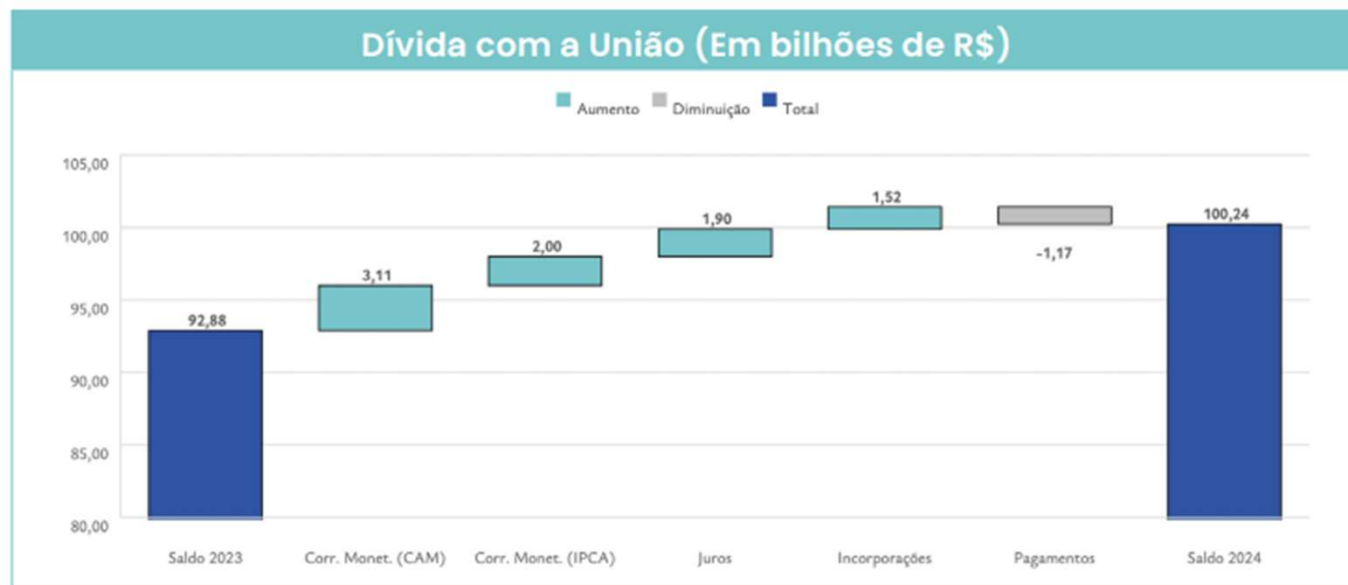
2.8. REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Em dezembro de 2021, o Estado formalizou perante a União o pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), encaminhando parecer comprovando o cumprimento dos três requisitos exigidos para habilitação e a implementação das oito medidas exigidas como contrapartida para a homologação do RRF, conforme a Lei Complementar 159/2017.

O pedido foi deferido em janeiro de 2022 e, a partir dessa data, o Estado, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), iniciou a elaboração de um plano de recuperação fiscal voltado para a retomada do equilíbrio fiscal, com metas de superávit primário e da trajetória dos restos a pagar, visando construir o espaço fiscal necessário para retomar o pagamento de seus financiamentos, sem que novos passivos sejam acumulados para honrar o serviço da dívida.

Em fevereiro de 2022, foram assinados os contratos 261/2022 e 262/2022, e o Estado concluiu o Plano de Recuperação Fiscal em maio de 2022, cuja homologação ocorreu a partir da publicação da Lei Complementar Estadual 15.835/2022, que alterou a Lei Complementar Estadual 15.756/2021 (Teto de Gastos), com vigência de 1º de julho de 2022 até 31 de dezembro de 2030. Entre os benefícios do plano, pode-se destacar a suspensão do pagamento da dívida com a União e de outras sete dívidas com instituições financeiras e

A seguir, apresenta-se gráfico que ilustra toda a movimentação que resultou no aumento de 7,92% no saldo devedor:



3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Município Grande Porte - 2025

BALANÇO PATRIMONIAL | CONSOLIDAÇÃO GERAL SEM INTRAORÇAMENTÁRIA

Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 14 | Lei Federal nº 4.320/64

Exercício de 2025

Em R\$

ATIVO	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.241.956.001,28	5.469.643.253,39
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2.444.914.552,40	2.432.748.690,10
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	2.325.712.977,65	1.944.639.376,67
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	235.191,71	435.432,96
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	527.679.143,92	499.416.681,82
DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	6.949.256,14	2.991.756,33
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	-	-
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS	(415.668.074,95)	(14.737.300,00)
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	53.245.316,10	77.766.128,14
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	1.814.749.186,80	1.280.640.058,32
ESTOQUES	134.396.975,29	74.028.649,93
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	242.221,40	211.783,34
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	10.689.504.253,27	9.335.038.563,22

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Município Grande Porte - 2025

Nota 9 – Resumo das Principais Políticas Contábeis

d) Estoques

Referem-se aos valores dos bens adquiridos pela entidade, com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades e para distribuição pelo Município em atendimento da sociedade e estão avaliados pelo preço médio ponderados das compras, conforme inciso III, art. 106, da Lei nº 4.320/64.

Nota 17 – Estoques

Compreende o valor dos materiais adquiridos pelo Município com o objetivo de utilização própria no curso desenvolvimento das suas atividades de prestação de serviços à coletividade, estando segregado em produtos acabados, matérias-primas e almoxarifado.

Descrição	31/12/2025 (R\$)	31/12/2024 (R\$)
Mercadorias para Revenda	13.028.852,08	17.484.812,17
Almoxarifado	103.206.841,71	38.896.448,16
Outros Estoques	18.161.281,50	17.647.389,60
Total	134.396.975,29	74.028.649,93

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Município Pequeno

Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 1 – Contexto Operacional: O Município de **[REDACTED]**, entidade jurídica de direito público, é compreendido na administração direta pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por Secretarias Municipais, Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: O Balanço Patrimonial e as demais demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa: Compreende o somatório dos valores em caixa e em banco, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Nota 4 – Créditos a Receber a Curto e Longo Prazos: Os valores representados nessas rubricas, compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas. Valores realizáveis até 12 meses foram classificados como curto prazo e o restante em longo prazo.

Nota 5 – Estoques: Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos, ou em processo de elaboração, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Nota 6 – Investimentos: Compreendem as partições permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo e que se destinem a manutenção das atividades da entidade. O Município possui participação em **[REDACTED]**.

Nota 7 – Imobilizado: Os saldos apresentados correspondem aos valores líquidos (já descontada a depreciação ou ajuste a valor recuperável), constante no inventário geral realizado em 2023.

Diferido

0,00

0,00

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial – Município Pequeno

 Município [redacted] CNPJ: [redacted]			Balanço Patrimonial	
Entidade: 1, 2, 3 Mês referência: 12 IPC 04 - 01/2020			Exercício: 2025	
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Ativo		764.646.068,54	687.427.654,29	
Ativo Circulante		269.604.381,28	242.564.161,34	
Caixa e Equivalentes de Caixa		52.168.222,05	59.378.864,83	
Créditos a Curto Prazo		6.712.721,93	7.445.614,92	
Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		206.314.933,46	171.396.688,93	
Estoques		4.408.503,84	4.342.992,66	
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00	
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00	
Ativo Não-Circulante		495.041.687,26	444.863.492,95	
Realizável a Longo Prazo		225.399.103,88	213.265.709,30	
Investimentos		93.588,35	87.240,57	
Imobilizado		269.548.995,03	231.510.543,08	
Intangível		0,00	0,00	
Diferido		0,00	0,00	

NOTAS EXPLICATIVAS 2025

ANEXO 14 – LEI 4.320/64 – BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO 2025

NOTA 1 - Contexto Operacional

O Município de [redacted] é pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número [redacted], tendo sua sede administrativa situada na Rua [redacted], número 2500, Bairro Centro, na Cidade de [redacted], no [redacted]. É compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 10 (dez) Secretarias Municipais, 13 (treze) Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

NOTA 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

DVP – Estado de Santa Catarina - 2025

34. TRIBUTOS

A seguir apresentam-se os valores das principais classes de tributos que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs), de acordo com a NBC TSP nº 01 - Receita de Transações sem Contraprestação. Esses valores já consideram as deduções das receitas, sendo, portanto, líquidos.

R\$ milhares		
TRIBUTOS	31/12/2025	31/12/2024
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	55.178.470	51.729.817
Taxas	2.353.884	2.270.504
TOTAL	57.532.353	54.000.321

<https://www.sef.sc.gov.br/transparencias/balanco-geral-do-estado>

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

DVP – Estado de Santa Catarina - 2025

O valor total de tributos equivale a 63,2% das VPAs, as quais totalizaram R\$ 91,06 bilhões. Desse montante, os impostos representam 60,6%, enquanto as taxas correspondem a 2,6%.

R\$ milhares		
IMPOSTOS	31/12/2025	31/12/2024
Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	3.341.326	2.999.688
Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	4.674.869	4.133.236
Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD e Transmissão de Bens Imóveis - ITBI	1.115.881	918.032
Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	46.046.394	43.678.078
TOTAL	55.178.470	51.729.034

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

DFC – Bahia - 2025

5.2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

RESULTADO DE GESTÃO DE CAIXA NO BALANÇO FINANCEIRO*

Ref.	Indicadores	Fórmula	2024		2025		Interpretação
a	Representatividade do caixa operacional - RCO	$\frac{\text{Caixa Gerado pelas Operações}}{\text{Despesas Operacionais}}$	7.669.533.633	0,1177	6.690.708.272	0,0943	Revela o potencial do governo em financiar as suas atividades. Quanto maior essa relação, menor o risco financeiro e maior a capacidade do governo em resisitir a crises financeiras.
			65.180.611.285		70.946.390.470		
b	Indicador de amortização da dívida - IAD	$\frac{\text{Passivo Total**}}{\text{Caixa Gerado pelas Operações}}$	246.381.318.560	8,4986	253.090.124.117	10,6037	Quanto maior o resultado desse indicador, pior o desempenho financeiro da entidade, pois revela a necessidade de geração operacional de caixa para atender as obrigações da entidade.
			7.669.533.633		6.690.708.272		
c	Indicador de atividade operacional - IAO	$\frac{\text{Caixa Gerado pelas Operações}}{\text{Geração Líquida de Caixa Total}}$	7.669.533.633	7,2625	6.690.708.272	9,9641	Quanto maior o resultado desse indicador, melhor o desempenho do governo, pois revela a capacidade da entidade de gerar resultado operacional. Contudo, se esse indicador apresenta um baixa participação, mostra a dependência da entidade a recursos de terceiros.
			1.056.041.685		671.484.416		

* Adaptado de Lima e Diniz (2016)

https://www.sefaz.ba.gov.br/docs/financas-publicas/balanco-geral/balancogeral_2025.pdf

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

BF – Rio Grande do Norte - 2025

27. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro do exercício de 2025 representa o acréscimo/decrécimo das disponibilidades de caixa do Estado do Rio Grande do Norte. No exercício, o resultado foi de R\$ -107,308 milhões.

A seguir, apresentamos uma conciliação do resultado orçamentário com o resultado financeiro do exercício de 2025.

Em mil reais

Resultado Financeiro	
Item	Valor
Resultado Orçamentário	-226.117
Restos a Pagar inscritos no período	1.929.274
Restos a Pagar pagos no período	-1.226.216
Retenções	-824
Saldo das Transferências Financeiras	-13.014
Saldo das Operações Extraorçamentárias	-550.232
Saldo das Operações dos Investimentos do RPPS	-20.179
Resultado Financeiro	-107.308

<https://www.transparencia.rn.gov.br/balancos>

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Nota do PIPCP – Portaria STN nº 548/2015 – Estado de Goiás

2.2.2 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabelecendo o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), definindo prazos para o reconhecimento, mensuração e evidência de procedimentos contábeis patrimoniais específicos necessários ao processo de convergência às IPSAS.

A Resolução Normativa TCE-GO nº 10/2020, alterou a Resolução Normativa nº 7/2018 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, incluindo na documentação que deve compor as Contas Anuais do Governador, o Relatório Atualizado do estágio de atendimento ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP no Estado de Goiás, conforme diretrizes da Portaria STN nº 548/2015.

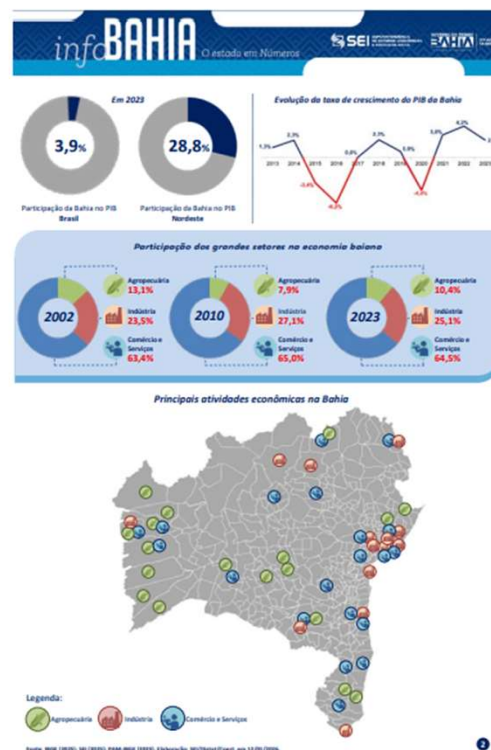
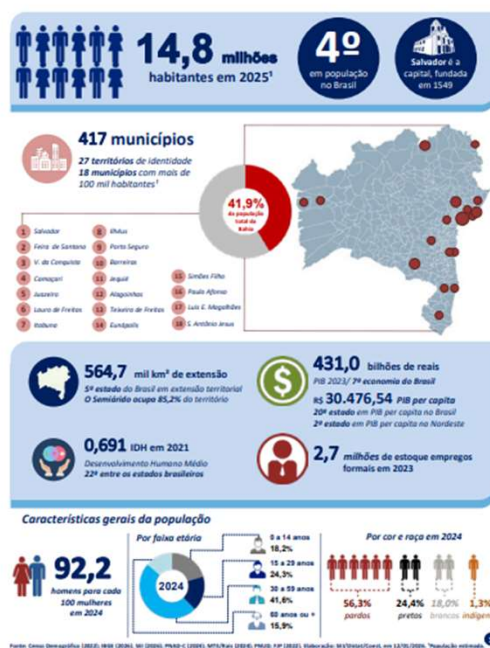
O Quadro 13 apresenta a fase de implantação no Estado de Goiás dos procedimentos exigidos na Portaria STN nº 548/2015.

Quadro 13 – Acompanhamento do PIPCP Goiás⁵⁹

Item	Procedimento	Prazo para Federação	Situação
4	Reconhecimento, mensuração e evidência da <u>Dívida Ativa</u> , tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	2016 (dados de 2015)	Implantado
12	Reconhecimento, mensuração e evidência da <u>provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares</u> .	2017 (dados de 2016)	Implantado
13	Reconhecimento, mensuração e evidência das <u>obrigações com fornecedores</u> por competência.	2017 (dados de 2016)	Implantado
3	Reconhecimento, mensuração e evidência dos <u>demais créditos a receber</u> (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	2018 (dados de 2017)	Implantado
11	Reconhecimento, mensuração e evidência das <u>obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados</u> .	2018 (dados de 2017)	Implantado

1.1 O Estado da Bahia – InfoBahia

Para que tenhamos uma visão geral do Estado foi incluído nesse capítulo o documento gráfico denominado InfoBahia – O Estado em números, elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos – SEI, da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia.



3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanço Cidadão – Salvador



<https://www2.sefaz.salvador.ba.gov.br/transparencia/relatorios/>

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exemplos de Notas Incompletas ou Prolixas

Nota 5 – Ajuste de Exercícios Anteriores

Os ajustes promovidos nesta, justificam-se pelas apurações apresentadas nas Unidades Gestoras Municipais que estão contidas no movimento Consolidado.

Essa conta registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exemplos de Notas Incompletas ou Prolixas

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 1 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: Em relação a esse grupo que apresenta o montante de R\$ 19.332.692,98, cabe destacar que 54,55% são representados pelo item “ganhos com incorporações de ativos” que apresenta um saldo de R\$ 10.546.406,23.

Nota 2 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo de participações, reversão de provisões e ajustes para perdas e outras variações, como cancelamentos de restos a pagar. Em 2022, os registros nesse item somaram R\$ 24.020.418,96.

OBS: Sem referência cruzada nas Demonstrações Contábeis.

3 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exemplos de Notas Incompletas ou Prolixas

E) Ajustes de Perdas de Créditos de Curto Prazo

Os Ajustes de Perdas de Créditos de Curto Prazo correspondem às estimativas constituídas para refletir, de forma prudencial, o valor realizável dos créditos registrados no ativo circulante, considerando o risco de inadimplência ou de não recuperação total dos valores a receber.

O registro contábil ocorre mediante constituição de provisão redutora do ativo, em atendimento aos princípios da prudência, competência e fidedignidade das demonstrações contábeis.

Durante o exercício, os saldos dessa conta podem sofrer variações decorrentes de constituições, reversões ou baixas de provisões, resultantes de reavaliações periódicas da recuperabilidade dos créditos. Tais procedimentos visam assegurar que os valores apresentados no balanço representem adequadamente a expectativa real de realização financeira.

OBRIGADO!

XXXIV SEMANA

CONTÁBIL E FISCAL

PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

SECOFEM 2026

24 A 28 DE AGOSTO

Blumenau • Santa Catarina
PRESENCIAL

Apoio:



Organização:



Idealização e realização:

